

MANIFESTO PELA VOTAÇÃO DA REFORMA ADMINISTRATIVA

As Frentes Parlamentares assinantes, que representam o setor produtivo e atuam criando e apoiando políticas públicas em prol do desenvolvimento do país e da sociedade brasileira como um todo, vem, por meio deste, manifestar seu apoio à discussão e votação da Reforma Administrativa no Congresso Nacional.

A preocupação da sociedade brasileira e de todos os contribuintes quanto ao desenvolvimento, a eficiência e a sustentabilidade do Estado crescem diariamente. É notória a necessidade da implementação de uma gestão pública eficiente, transparente e responsável, capaz de atender às necessidades da sociedade de forma ágil e eficaz. A atual estrutura administrativa do Estado tem se mostrado deficiente em diversos aspectos, comprometendo a eficácia na prestação dos serviços públicos. É imperativo realizar uma reforma que promova a modernização, a racionalização e a desburocratização do aparelho estatal, de modo a eliminar entraves e otimizar recursos.

O momento político também é oportuno para a discussão da Reforma Administrativa. As discussões acerca da carga tributária do país, da burocracia estatal e do custo de empreender no Brasil se intensificaram graças ao avanço da Reforma Tributária, **evidenciando a urgência da discussão do tamanho e da eficiência do Estado Brasileiro**, que refletem diretamente na necessidade de recursos que, por sua vez, serão arrecadados por meio da tributação dos contribuintes. **Segundo pesquisa do Ranking dos Políticos, 35,8% da Câmara dos Deputados acredita que a Reforma Administrativa deve ser aprovada ainda no ano de 2023, acompanhado por 30,4% dos Senadores¹.**

A redução do custo do Estado é fundamental para garantir a sustentabilidade financeira, bem como para **direcionar os recursos públicos de maneira mais assertiva**. Através da diminuição do tamanho da máquina administrativa, da revisão dos cargos, da eliminação de sobreposições e da simplificação de processos, será possível alcançar uma economia substancial de recursos, que poderão ser usados para investimentos no país. Essa redução deve ser embasada em critérios técnicos e jurídicos, visando preservar a capacidade de atuação estatal nas áreas essenciais e evitando prejuízos ao interesse público.

Com a diminuição do tamanho do Estado, cria-se um ambiente de negócios mais favorável para o crescimento econômico e a geração de emprego e renda. Pesquisas² comprovam inclusive que cortes nos gastos públicos são mais propensos a resultar em

¹ Pesquisa “A visão do Congresso Nacional sobre a Reforma Administrativa e o Banco Central”, ranking dos políticos, agosto de 2023.

² Alesina, A., & Ardagna, S. (2010). Large Changes in Fiscal Policy: Taxes Versus Spending. *Tax Policy and the Economy*, 24(1), 35-68. Banco Mundial. (2021). DataBank: World Development Indicators. Recuperado de <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>

redução do déficit e estímulo ao crescimento do que aumentos de impostos. Isso mostra que **quando o Estado diminui suas despesas e regulações excessivas, as empresas podem se beneficiar de um ambiente mais favorável para investimentos e expansão, levando à criação de empregos e aumento da produção.**

Por fim, acreditamos que o Congresso Nacional possui as condições, a oportunidade e o cenário político necessário para que a matéria seja discutida e deliberada ainda nesta Sessão Legislativa.



Dep. Joaquim Passarinho (PL/PA)
Presidente da Frente Parlamentar
do Empreendedorismo



Dep. Pedro Lupion (PP/PR)
Presidente da Frente Parlamentar
da Agropecuária



Dep. Arnaldo Jardim (CIDADANIA/SP)
Presidente da Frente Parlamentar pelo
Brasil Competitivo



Dep. Domingos Sávio (PL/MG)
Presidente da Frente Parlamentar
do Comércio e Serviços



Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)
Presidente no Senado da Frente
Parlamentar Mista do Comércio
e Serviços



Dep. Zé Silva (SOLIDARIEDADE/MG)
Presidente da Frente Parlamentar
da Mineração Sustentável



Dep. Alceu Moreira (MDB/RS)
Presidente da Frente Parlamentar
do Biodiesel



Dep. Lucas Redecker (PSDB/RS)
Presidente da Frente Parlamentar em
defesa do setor Coureiro-Calçadista



Dep. Capitão Augusto (PL/SP)
Frente Parlamentar em Defesa do
Comércio de Material de Construção



Dep. Evair de Melo (PP/ES)
Presidente da Frente Parlamentar Mista
pela Inovação na Bioeconomia



Dep. Vitor Lippi (PSDB/SP)
Presidente da Frente Parlamentar Mista
para o Desenvolvimento da Indústria
Elétrica e Eletrônica



Dep. Julio Lopes (PP/RJ)
Presidente da Frente Parlamentar Mista
da Tecnologia e Atividades Nucleares



Dep. Carlos Chiodini (MDB/SC)
Presidente da Frente Parlamentar
dos Portos Nacionais e Transportes
Aquaviários



**Dep. Luiz Philippe de Orleans e
Bragança (PL/SP)**
Presidente da Frente Parlamentar
pelo livre Mercado



Dep. Zé Trovão (PL/SC)
Presidente da Frente Parlamentar Mista das
Cooperativas de Transporte Rodoviário de
Cargas e da Frente em Defesa dos Caminho-
neiros Autônomos



Dep. José Rocha (UNIÃO/BA)
Presidente da Frente Mista Parlamentar
da Indústria

Dep. Augusto Coutinho (REPUBLICANOS/PE)
Presidente Frente Parlamentar Mista do Setor
de Serviços

Dep. Any Ortiz (CIDADANIA/RS)
Presidente da Frente Parlamentar
do Comércio e Serviços

Dep. Carlos Henrique Gaguim (UNIÃO/TO)
Presidente da Frente Parlamentar de Apoio
ao Empreendedorismo do Jovem Aprendiz

Dep. Carlos Henrique Gaguim (UNIÃO/TO)
Presidente da Frente Parlamentar
pela Administração

Dep. Carlos Henrique Gaguim (UNIÃO/TO)
Presidente da Frente Parlamentar da Ciência,
Tecnologia, Pesquisa e Inovação

Dep. Carlos Henrique Gaguim (UNIÃO/TO)
Presidente da Frente Parlamentar
da Odontologia

Dep. Carlos Henrique Gaguim (UNIÃO/TO)
Presidente da Frente Parlamentar em defesa
do Comércio de Material de Construção no
estado do Tocantins.

